

JUVENTUDE(S), SOCIEDADE E MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO: UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE JUVENTUDE E TRABALHO NA ERA DA PRECARIZAÇÃO.

YOUTH(S), SOCIETY AND THE CONTEMPORARY WORLD OF WORK: A SOCIOLOGICAL ANALYSIS ON THE RELATIONSHIP BETWEEN YOUTH AND WORK IN THE AGE OF PRECARIZATION.

*Wilian Marques Dias*¹

Resumo: As Manifestações que dominaram o país a partir de 2013 nos mostraram o protagonismo assumido pela juventude nas manifestações políticas de rua atualmente. Dada essa posição de protagonismo, declarações polêmicas do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) com relação ao trabalho infantil adquiriram notada importância nos debates em torno do que é juventude, colocando em suspeição parâmetros e diretrizes das políticas de proteção integral da infância e adolescência no Brasil. Essas declarações reacenderam o debate em torno da relação entre juventude e mundo do trabalho nos países periféricos. Este artigo se propõe a analisar como se dá a relação entre juventude e mundo do trabalho, na qual, especialmente em países periféricos, nota-se que esta relação está intimamente ligada à precarização, refletindo, assim, sobre a importância do papel das Ciências Humanas e Sociais na proteção da infância e da juventude por meio da educação.

Palavras-chave: Juventude. Trabalho. Educação. Ensino de Sociologia.

Abstract: The Protests that spread all over Brazil that started in 2013 show us the main role played by youngsters in political protests nowadays. Given this leading role assumed by them, polemic statements made by Brazil's president-elect, Jair Bolsonaro (PSL), regarding child labor escalated in debates on what is the meaning of youth, putting under suspicion parameters and guidelines of child and youth protection policies in Brazil. Those statements rekindle the debate on the relationship between youth and the world of work in periphery countries. This scholarly paper aims to analyze how the relationship between youth and the world of work takes place, in which, especially in periphery countries, it can be observed that it is closely linked to the precarization of the world of work, considering, thus, the importance of the role of Human and Social Sciences for the protection of children and youth through education.

Keywords: Youth. Work. Education. Teaching of Sociology.

¹ Professor efetivo de Sociologia da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-SP), atualmente Professor Coordenador Pedagógico da E.E. Izidoro Daun, Lupércio – SP. Mestre em Sociologia pelo programa de Pós-graduação em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Marília. Email: wilian.dias@unesp.br. Artigo apresentado no III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília: ‘Futuro incerto: a importância das ciências sociais’, 2019, Marília – SP. <https://orcid.org/0000-0002-8811-2423>

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2021.v14esp.p63-74>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

INTRODUÇÃO

Desde as primeiras grandes manifestações contra o aumento do preço das passagens de ônibus na capital paulista – organizadas pelo Movimento Passe Livre –, que ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho de 2013, nota-se um protagonismo dos jovens brasileiros em relação a debates em torno de questões de ordem social, política e econômica. No início dos protestos, era perceptível que por meio da crítica ao aumento do preço das passagens de ônibus o que estava de pano de fundo era o debate em torno do próprio direito à cidade e à mobilidade urbana; ou seja, uma discussão em torno do direito à cidadania – uma pauta pertinente a toda a sociedade, mas de caráter primordial para a juventude. Esses protestos, impulsionados pelas redes sociais, rapidamente se espalharam pelo país, tendo atividades registradas na maioria das capitais e em cidades brasileiras de grande e médio porte. Adiante, com ampla aderência de múltiplos setores da sociedade, os protestos passaram a tomar novos rumos, tendo grande influência no processo eleitoral de 2014.

As pautas que marcaram o início dos protestos nas Jornadas de Junho de 2013 figuravam em torno da necessidade de uma ampla reforma política que apresentasse uma agenda voltada à resolução de questões de cidadania, mobilidade urbana e, dentre outras, o direito à cidade – questões de central importância nas zonas urbanas. No decorrer do processo, variados interesses e pautas reivindicativas passaram a marcar presença na onda de protestos que continuou pelo país; passaram, assim, a se encaminhar para um emaranhado de propostas que, de maneira nem sempre conectada aos interesses gerais de uma sociedade, acabaram perdendo a ideia de uma grande pauta geral de reivindicação.

Dissolvendo-se as pautas gerais em pautas ligadas, por vezes, de maneira muito restrita, a interesses de grupos particulares – e conflitantes –, os protestos se conduziram, assim, para uma miscelânea de propostas que haviam perdido seu eixo central. Com a ampliação de pautas e interesses em jogo – e a continuação de um clima favorável aos protestos de rua –, o Brasil mergulha em um conturbado processo de manifestações que, dentre outras coisas, aponta para uma crise de representação política. Vários grupos passaram a se organizar e a reivindicar, construindo novas formas de mobilização em torno de ideias e pautas, sendo que essas mobilizações se organizavam como alternativa aos meios oficiais e/ou tradicionais de mobilização política. Nessas condições, os jovens tiveram um notado protagonismo em torno da construção dessas novas formas de mobilização política, acionando novos mecanismos identitários, marcando diretamente sua experiência histórica e coletiva enquanto sujeitos sociais.

Os rumos que tomaram as manifestações no decorrer do ano de 2013 e início do ano de 2014 expuseram uma crise de representação política em curso na sociedade

brasileira que repercutiu diretamente nas eleições de 2014. Com a reeleição de Dilma Rousseff (PT), em uma vitória apertada sobre seu concorrente, nota-se que uma grande polarização entre os discursos começa a ganhar proporção e notoriedade nas manifestações de rua após as eleições, tomando uma conotação diretamente associada à crise política surgida durante o processo eleitoral. Nessas circunstâncias, o candidato derrotado em segundo turno por aproximadamente 3,5 milhões de votos, Aécio Neves (PSDB), juntamente com os setores da sociedade que apoiaram sua candidatura, não aceitando o resultado das eleições, protocolam, no Tribunal Superior Eleitoral, por meio do PSDB nacional, pedido de auditoria especial dos resultados das eleições. Pedido este que acabou gerando uma intensa onda de rejeição a Dilma Rousseff, culminando – somado a múltiplos fatores e processos em curso –, em seu *impeachment* em 2016.

A partir do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e a elevação de seu vice, Michel Temer (PMDB), ao cargo da presidência, a pauta anticorrupção se torna central em uma nova onda de protestos e manifestações. A crise política se acordava no país no qual se deram intensos debates acerca da legitimidade do sistema político vigente. Ainda naquele ano, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) fora admitido como réu em um processo a ser julgado pela Operação Lava Jato, sendo condenado e preso em 2018 às vésperas das eleições presidenciais. Esse intenso processo de crise política e econômica, associado à rejeição ao Partido dos Trabalhadores e à prisão de Lula, constituiu, assim, cenário favorável à eleição de Jair Bolsonaro (PSL) ao cargo da Presidência da República – com destacada margem de apoio entre os jovens.

Com a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) em um processo eleitoral marcado pela extrema polarização em torno do debate político e pela disseminação de *fake news*, vários temas voltaram ao debate público nacional, como, dentre outros, reforma da previdência, reforma trabalhista, racismo e demarcação de terras indígenas. Por meio da vinculação assumidamente conservadora do presidente eleito, essas pautas passaram a ser discutidas sob perspectivas também conservadoras, negando o racismo, propagando o fim da demarcação de terras indígenas e promovendo reformas estruturais na previdência.

Esses vinte primeiros meses do governo Jair Bolsonaro foram marcados por polêmicas declarações proferidas por ele e por seus ministros com relação aos direitos humanos, aos direitos sexuais e reprodutivos, ao trabalho, ao meio ambiente, à educação e à ideologia. Essas declarações polêmicas geraram grandes reações, tanto nas ruas quanto nas redes sociais, dos grupos de apoio e de rejeição ao seu governo. Para a presente proposta de análise, uma declaração do atual presidente ganhou fundamental importância: no dia 4 de julho de 2019, em sua *live* semanal no Twitter, Jair Bolsonaro defende publicamente o trabalho infantil. Segundo a revista *Fórum*, ele afirmou o seguinte:

“Olha só, trabalhando com 9, 10 anos de idade na fazenda. Não fui prejudicado em nada. Quando 1 moleque de 9, 10 anos de idade vai trabalhar em algum lugar, está cheio de gente aí falando que é trabalho escravo, trabalho infantil. Agora, quando está fumando 1 paralelepípedo de crack, ninguém fala nada. Então, o trabalho não atrapalha a vida de ninguém”, reclamou o presidente, que morou com a família por 2 anos em fazenda, em Eldorado, São Paulo (REVISTA FÓRUM, 2019).

Essa declaração pública do presidente reacendeu um intenso debate em torno dessa temática nas redes sociais, nas quais vários de seus apoiadores se lançaram em defesa do trabalho infantil, o que gerou um movimento de vários setores da sociedade em relação à proteção dos direitos da infância e juventude. Por meio dos intensos debates acerca da defesa do trabalho infantil que tomaram conta das redes sociais, podemos refletir sobre o que esse fenômeno pode nos dizer. A questão do trabalho infantil, e necessariamente o trabalho do jovem, ainda é uma questão que exige muita atenção no Brasil, sendo de extrema importância refletirmos sobre os significados que essa forma de trabalho pode adquirir na atual conjuntura. O ressurgimento desse debate nos mostra a necessidade de refletirmos sobre alguns questionamentos fundamentais em relação à proteção da infância e da juventude, principalmente no que tange às suas principais definições e significados sociais dentro de um contexto no qual a juventude assume um protagonismo político, militante e ativista, exigindo que sua voz seja ouvida.

A partir dessas declarações, podemos perceber a necessidade de refletirmos sobre quais significados permeiam a construção daquilo que compreendemos comumente como juventude. Do protagonismo em relação à ação política e social ao centro de moratória do trabalho, a juventude passa, novamente, a ocupar posição central no debate social, político, cultural e econômico do Brasil contemporâneo. Sendo assim, torna-se necessário refletirmos sobre quem são esses jovens brasileiros, quais são as condições que possuem para exercer sua Juventude e qual o papel assumido pela moratória do trabalho para com eles no contexto da era da precarização das relações de trabalho.

JUVENTUDE(S)

O que caracteriza a Juventude? O que é ser jovem na sociedade brasileira? A Juventude corresponde necessariamente a uma determinada faixa etária? Na tentativa de responder a questionamentos dessa ordem, podemos recorrer a algumas análises já existentes em torno desse debate.

A definição de juventude, para o pensamento comum, encontra-se, em muito, ligada à ideia de faixa etária, reduzida a um período entre a infância e a vida adulta ao qual todos os seres humanos estariam expostos. Reduzida a esse período de grandes transformações biopsíquicas e restringida a tais, a noção comum atrelada à juventude

– que a concebe enquanto uma etapa preparatória para a vida adulta –, carrega um conjunto de construções sociais e coletivas que, marcadas por uma moratória do trabalho voltada à juventude, pode atrapalhar o debate público sobre o que configura o ser jovem. Aqui partimos da ideia de que a juventude, longe de ser apenas uma faixa etária, encontra-se vinculada a um modo de ser no mundo, às condições que a sociedade oferece para o jovem exercer sua juventude; juventude enquanto uma experiência histórica e coletiva ligada a um grupo social.

Em suma, consideramos Juventude dentro de um panorama conceitual mais amplo, não ligado necessariamente a uma faixa etária – e a seus critérios biológicos e psiquiátricos –, mas sim enquanto experiência histórica e coletiva vivida por um grupo social demarcado; a juventude se constrói a partir das relações sociais que a envolvem dentro de contextos e condições diferenciadas de experimentação do seu ser jovem. Concebemos juventude em relação às condições que os variados atores sociais possuem para ser jovem. Segundo Dayrell (2003):

[...] Nos deparamos no cotidiano com uma série de imagens a respeito da juventude que interferem na nossa maneira de compreender os jovens. Uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, o que ainda não chegou a ser (Salem, 1986), negando o presente vivido. Essa concepção está muito presente na escola: em nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro (DAYRELL, 2003, p. 40-41).

Dayrell (2003) nos auxilia a pensar sobre como as concepções que se tem comumente atreladas à juventude encontram-se sedimentadas sob um conjunto de imagens que formam um padrão social; uma forma de se construir e de se pensar a juventude que se impõe à própria experiência do vivido que têm esses jovens sobre os quais se fala. Ora relegados a um não reconhecimento do seu presente vivido, ora relacionados a uma visão romântica de juventude enquanto “um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos” (DAYRELL, 2003, p. 41), ora sendo concebida a partir de “uma tendência em considerar a juventude como um momento de distanciamento da família, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora” (*Idem*), torna-se necessário pensarmos em como esse conjunto de imagens cristalizadas acaba criando um padrão específico sobre o ser jovem, o que limita a compreensão, principalmente, das diferentes condições em que se dá a construção da juventude entre as diferentes camadas sociais – que se expressam no protagonismo das juventudes nos últimos acontecimentos políticos brasileiros.

A partir da reflexão apontada por Dayrell (2003), podemos perceber que muitas das concepções comuns sobre a juventude se constroem sobre determinados padrões sociais de comportamento – normas sociais vigentes –, desconsiderando a juventude enquanto a experiência do tempo vivido que caracteriza o ser jovem, legando-o a uma posição de um eterno vir-a-ser e negando sua capacidade de agência sobre seu ser, a autoconstrução da sua própria história. Esse conjunto de representações associadas à concepção de juventude enquanto momento preparatório, enquanto um estado de vir-a-ser (como se já não fosse algo!), etapa anterior e preparatória à fase adulta, carrega consigo um conjunto de valores que desconsideram as especificidades das diferentes condições que os sujeitos possuem para viver o seu ser jovem.

Torna-se necessário colocar em questão essas imagens, pois, quando arraigados nesses “modelos” socialmente construídos, corremos o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. Dessa forma, não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens, principalmente se forem das camadas populares, constroem as suas experiências (DAYRELL, 2003, p. 41).

Buscando propor uma compreensão de juventude alternativa àquele conjunto de imagens cristalizadas que se sobrepõe às concepções comuns, é necessário termos em mente que cada sociedade, cultura e/ou grupo social possuem diferentes formas de simbolizar e significar aquilo que se entende por juventude. As concepções que se tem sobre a juventude são diferentes no interior de cada sociedade, dentro de diferentes tempos históricos, e, dentro dessas sociedades, a juventude é representada de maneira diferente no interior de cada grupo social. Dessa forma, é necessário pensarmos em juventudes, no plural, enquanto uma categoria de pensamento que nos auxilie a compreender a própria experiência vivida que caracteriza o ser jovem nas suas variadas nuances, levando em consideração a própria condição que o jovem tem para exercer sua juventude.

Entendemos, como Peralva (1997), que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, [...] é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e apresentá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. [...] A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. [...] É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes (DAYRELL, 2003, p. 41-42).

Assim sendo, compreendemos que a juventude é, ao mesmo tempo, uma representação e uma condição social atribuída a um sujeito. Com isso, precisamos nos atentar para a pluralidade que envolve as diferentes condições que cada sujeito possui para viver e experienciar o seu ser jovem; ser jovem este que se constrói não de maneira única e universal, mas sim permeada pelos recortes de classe, raça/etnia, gênero, entre outros que, juntos, constituem a experiência do ser jovem.

JUVENTUDE(S) E MUNDO DO TRABALHO

Esclarecida a concepção de juventude, sobre a qual a presente reflexão se constrói, torna-se necessário refletirmos sobre como juventude e mundo do trabalho se inter-relacionam na construção das diferentes trajetórias de vida que compõem a condição que cada sujeito possui de vivenciar sua juventude – e de se manifestar, inclusive, politicamente. Comumente, o ingresso no mercado de trabalho demarca a passagem do jovem para a vida adulta. Em um contexto no qual as desigualdades sociais e econômicas se acirram – e a produção de artigos voltados ao consumo juvenil se amplifica –, para aqueles jovens provenientes das classes menos favorecidas o ingresso no mundo do trabalho chega mais cedo, encurtando o tempo de que poderiam dispor para vivenciarem livremente o conjunto de experiências que caracterizam sua juventude. Para aqueles, as responsabilidades da vida adulta chegam mais cedo, principalmente a partir das responsabilidades para com o emprego que conseguem.

O mundo do trabalho, que está no horizonte da juventude, encontra-se estruturado sobre um conjunto de valores e expectativas em muito herdeiros dos efusivos processos de transformação da técnica e da tecnologia de produção e controle surgidas nos anos 1980 em resposta às crises do padrão fordista-taylorista de produção que marcaram os anos 1970, fundamentando-se em valores e expectativas de produção e controle das mercadorias – e dos trabalhadores – que estavam alinhados aos princípios de maior exploração do trabalho – o que configurou novos padrões de acumulação de capital (ANTUNES, 1999).

Esse processo impulsionou a ascensão da competitividade extrema entre os trabalhadores e o capital. No seio da produção, por meio de seus sistemas de hierarquias e bônus, tornava ainda mais complexa a organização de mobilizações e defesas coletivas entre os trabalhadores. Com o incremento da tecnologia de alta precisão de organização, novos modelos gerenciais foram se aderindo aos princípios da produção, mostrando-se com grande potencial destrutivo para a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1999).

Portanto, em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo a margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Apesar do significativo avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou tempo de trabalho), pode-se presenciar em vários países [...] o prolongamento da jornada de trabalho. [...] Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital. [...] Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase de reestruturação produtiva do capital (ANTUNES, 1999, p. 33-34).

O mundo que emerge transformado pelos novos modelos gerenciais, principalmente o modelo japonês, traz consigo o perverso modo pelo qual ele afeta a própria sociedade: Seja pelo desemprego estrutural, seja pela flexibilização das relações de trabalho, a situação das classes trabalhadoras se torna complexa, afetando diretamente os tempos e espaços reservados para a juventude; nesses tempos e espaços, a necessidade de uma atividade remunerada começa a figurar entre os jovens, sendo que, para os mais pobres, a necessidade se torna obrigação.

A precarização do trabalho vai sendo naturalizada por um conjunto de conceitos empresariais que ganham ascensão meteórica na sociedade do trabalho reestruturado ao modelo japonês, tendo no neoliberalismo sua expressão política e econômica de preferência. Essas transformações e a ascensão do modelo toyotista de gestão, com a elevação do neoliberalismo a postos de comando nos países centrais, compõem um cenário no qual vários discursos passam a adentrar as instituições. Assim, houve um movimento em torno da construção de políticas específicas para lidar com a relação entre juventude, pobreza e trabalho precário no Brasil.

Hoje, a questão do trabalho para os jovens faz parte da agenda pública de forma muito mais contundente, [...] principalmente no Plano Decenal da Educação. Tanto a OIT (2007) como o Governo Brasileiro (Novaes *et al.*, 2006) colocam a questão do trabalho dos jovens na agenda de suas preocupações. [...] A OIT (2007), no texto “Trabalho Decente e Juventude na América Latina”, destaca que a temática do emprego dos jovens é uma prioridade da Agenda Hemisférica para a promoção do trabalho decente, na busca do desenvolvimento socioeconômico com equidade. Salienta que um dos problemas mais graves é o dos jovens que não estudam e nem trabalham. Na América Latina, segundo a OIT (2007) existiam, em 2005, 31 milhões de jovens em atividades precárias e 22 milhões que não estudavam nem trabalhavam (FALEIROS, 2008, p. 64).

Com essa configuração, as preocupações relativas à proteção da infância e juventude tornam-se necessárias. Dentro do contexto de precarização do trabalho, flexibilização das relações sociais que organizam o mundo do trabalho e desemprego estrutural, os jovens das camadas mais pobres acabam sendo diretamente afetados. Trabalhos precários e informais acabam se tornando uma saída para complementar a renda familiar.

Nessa conjuntura, o trabalho dos jovens acaba se tornando uma alternativa na luta pela sobrevivência, afetando diretamente suas trajetórias. Porém, essa questão não se resume apenas às trajetórias individuais dos jovens, mas, por meio delas, expõem-nos que as condições nas quais os jovens têm de vivenciar sua juventude – principalmente nas classes menos favorecidas – estão diretamente relacionadas com a própria dinâmica social que estrutura desigualmente a sociedade, na qual “existe uma distância entre o que os jovens pensam ser e o que conseguem ser nessa sociedade. É esse o *enjeux* que estrutura a própria realidade do ser jovem na sociedade contemporânea” (FALEIROS, 2008, p. 65). Daí o interesse em se utilizar o trabalho dos jovens, daqueles que não possuem melhores condições de negociação de sua vontade.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que o acirramento das desigualdades sociais afeta diretamente a juventude – principalmente os mais pobres –, torna-se extremamente necessário refletirmos sobre a proteção dos direitos à infância e à juventude de maneira ampla, refletindo sobre como o ataque a políticas protetivas com relação à juventude pode afetar, principalmente, os mais pobres, levando-os a adentrar o mundo adulto mais cedo em relação àqueles provenientes de classes mais abastadas sob condições, em muito, marcadas pela precariedade.

As declarações públicas do presidente eleito, associadas às reações de seus apoiadores sobre o trabalho infantil, nos mostram que precisamos cada vez mais pensarmos em como a dinâmica social e econômica afeta – de forma negativa – as condições de experimentação do ser jovem nas classes mais pobres, que se vê cada vez mais levado a reduzir os tempos e espaços de sua juventude – ou seja, que mesmo as trajetórias individuais dos jovens sendo heterogêneas, estas são:

[...] homogeneizadas pelos dispositivos e capitais disponíveis, praticamente acionados. No contexto hegemônico do capitalismo neoliberal, a juventude tem que se colocar diante de questões complexas (*enjeux*): trabalhar e/ou estudar, morar na casa dos pais ou ter a sua própria casa, entrar numa gangue ou num grupo religioso, morar junto com alguém ou morar só, estar empregado ou autônomo, migrar ou ficar no território conhecido, definir sua vida profissional entre várias carreiras. Esses dilemas são próprios da juventude, mas condicionados pelos campos, dispositivos e

disposições das forças em presença, pois as possibilidades e oportunidades não estão abertas igualmente a todas e todos (FALEIROS, 2008, p. 65-66).

Nesse contexto, torna-se imprescindível o reconhecimento da importância das Ciências Sociais na educação; seja enquanto disciplina integrante do currículo, seja em relação à relevância que seus conhecimentos, arcabouços teóricos e metodológicos de análise e pesquisa as Ciências Sociais se apresentam como de grande importância, contribuindo com a compreensão da educação e de seu papel em relação à proteção das infâncias e juventudes em um contexto de precarização. Por meio da Sociologia, tornou-se possível pensar em múltiplas possibilidades para a intervenção pedagógica, objetivando a compreensão das diferentes condições que os sujeitos sociais possuem de experimentar sua infância e juventude, auxiliando os jovens a refletir sobre seus próprios projetos de vida.

Compete aos professores, em especial os de Sociologia, uma parcela do árduo trabalho de desconstruções e ressignificações históricas, uma vez que esse profissional pode atuar como uma possibilidade para a desconstrução desses estigmas que marcam a maior vulnerabilidade da juventude empobrecida nas condições de precarização do trabalho. Embora ainda esteja normatizada legalmente a legitimidade do Ensino de Sociologia (enquanto disciplina obrigatória e resguardados seus conteúdos), algumas propostas como a “nova” Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio e o projeto conhecido como “Escola Sem Partido”², ora desfigurando a obrigatoriedade do Ensino de Sociologia, ora recriminando muitas de suas temáticas próprias – clássicas – enquanto ‘doutrinação’, podem conduzir o debate educacional e legal acerca dos valores sobre os quais se deve pensar acerca de um sistema público de educação e sua relação com a proteção da infância e juventude na direção de uma situação, no mínimo, preocupante dentro de uma democracia.

A descaracterização das discussões específicas sobre as diversas juventudes que se constroem em diferenciados contextos sociais de trabalho, renda e cultura por meio do Ensino de Sociologia poderá nos levar, pragmaticamente, a uma situação de desmantelamento de todo um aparato legal, social e institucional construído em torno da proteção da infância e da juventude, reacendendo discussões sobre a relação entre juventude e trabalho de maneira voltada aos interesses econômicos de mercado,

² O programa Escola Sem Partido é um movimento político protagonizado no Brasil, desde 2004, pelo advogado Miguel Nagib, que, segundo ele mesmo em entrevista à revista *Profissão Mestre* – disponível no *site* do Escola Sem Partido –, “surgiu em 2004 como reação ao fenômeno da instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos, partidários e eleitorais”. A partir de 2015, as discussões em torno do projeto voltam a ganhar notoriedade em âmbito nacional, tendo apoio de grande número de parlamentares nas eleições de 2018 e de movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL). Segundo o *site* do Escola Sem Partido, o “EscolasemPartido.org foi criado para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos.”

naturalizando e não permitindo o estranhamento de como a relação entre juventude e mundo do trabalho se constrói de maneira diferenciada nos países periféricos, mais especificamente entre os mais pobres. Destarte, esse panorama dificulta a compreensão de como o silenciamento das juventudes e a imposição, sobre elas, de uma moratória do trabalho se estruturam na cultura brasileira, afetando negativamente as populações jovens e resvalando seus efeitos sobre o equilíbrio democrático de uma nação.

Dessa forma, faz-se necessário pensarmos na história do Ensino de Sociologia no Brasil. Para além da garantia da existência da Sociologia nos currículos, é necessário observarmos, também, quais são as vinculações teóricas às quais se filiam os currículos estaduais. Faz-se necessário pensarmos a quais contornos teóricos se vinculam os debates acerca do Ensino de Sociologia e quais são os fundamentos que este deve ter, dado que, segundo Meucci:

Não obstante, o curso do processo político e a clivagem atual do debate social colocam a Sociologia sob uma inquietante vigilância e seus conceitos sob ataque. Nesse aspecto, cabe notar que a Sociologia escolar aparece hoje em certos meios como um discurso imposto pelo Estado desqualificado à sociedade conservadora, ao passo que, no início do século passado, era um discurso conservador do Estado para uma sociedade desqualificada à qual, segundo a percepção da época, faltava unidade e organização (MEUCCI, 2015, p. 259).

A fala do presidente da República, Jair Bolsonaro, negando e generalizando uma ideia de jovem acaba, assim, corroborando a negação – e, por vezes, ataque – das formas de compreensão da juventude enquanto um jogo de possibilidades marcado pela experiência do vivido que se dá de maneira desigual entre os diferentes sujeitos históricos. Assim, através da fala do Presidente e da reação gerada por ela nas redes sociais, podemos perceber que a aparentemente inocente defesa do trabalho infantil (moratória do trabalho) expõe algo importante sobre a sociedade brasileira: a tentativa de silenciar as vozes das juventudes impondo sobre elas a necessidade do trabalho em quaisquer condições, encurtando os tempos e os espaços que o jovem possui para experienciar sua juventude.

Sendo assim, tem-se como conclusão que um Ensino de Sociologia na Educação Básica que possa abranger todos, realizado de maneira teórica e pedagogicamente bem esclarecido, qualificado e reconhecido, com legitimidade e regulamentação legal, técnica e científica, na contramão de muitas propostas político-empresariais para a educação, pode se apresentar como importante instrumento estratégico de proteção da infância e da juventude, principalmente no tocante a sua relação com o mundo do trabalho – e, conseqüentemente, de combate a outras formas de exploração, discriminação, violência e preconceito –, para que possa haver um melhor equilíbrio de poder, algo fundamental

e essencial dentro de uma sociedade democrática. Isso promoveria, portanto, seus valores primordiais, como, dentre outros, a tolerância, a inclusão, a educação, o respeito e a liberdade, mas também a proteção das nossas juventudes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3. ed. **São Paulo**: Boitempo Editorial, 1999. 264 p.

DAYRELL, Juarez. *O jovem como sujeito social*. Revista Brasileira de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, n. 24, p. 40-52, set/out/nov/dez 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>. Acesso em: 6 jul. 2019.

FALEIROS, Vicente. *Juventude: trabalho, escola e desigualdade*. Educação & Realidade, Faculdade de Educação – UFRGS – Porto Alegre, v. 33, ed. 2, p. 63-82, jul/dez 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/7064/4380>. Acesso em: 6 jul. 2019.

MEUCCI, Simone. *Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente*. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 51, ed. 3, p. 251-260, set/dez 2015. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.02/5044 Acesso em: 6 jul. 2019.

REVISTA FÓRUM. *Bolsonaro defende trabalho infantil dizendo que “não foi prejudicado em nada”*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-defende-trabalho-infantil-dizendo-que-nao-foi-prejudicado-em-nada/amp/>. Acesso em: 6 jul 2019.